



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Fabiano Braga Côrtes, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Waldenfcio Barbalho (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS: —

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer seja dispensada a publicação do parecer emitido pela douta Comissão Especial encarregada de apreciar a Proposição n.º 538/77, de Emenda à Constituição, a fim de que a mesma possa ser incluída na Ordem do Dia de amanhã, dada a urgência com que a matéria deve ser examinada, a fim de que não se expire o prazo legal em prejuízo de justo direito dos servidores públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor DARIO ANTÔNIO BORDIN, ocorrido na cidade de União da Vitória.

O extinto era industrial, pessoa de grande relacionamento e amizades, que deixa enlutada não só a família, mas também seus amigos.

Da deliberação requer, ainda, seja dado ciência à família

em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pelo transcurso no dia 17 próximo passado, da data alusiva à Independência da República Árabe-Síria.

Festividades das mais significativas, alusivas àquela data, foi realizada nesta Capital pelo Clube Sírio-Libanês do Paraná, com solenidades às quais compareceram as mais altas personalidades da nossa sociedade, ocasião em que aquele clube homenageou os estudantes que participaram do concurso por ele instituído, tendo por tema "Vida e Obra de Bento Munhoz da Rocha Neto".

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Diretoria do Clube Sírio-Libanês do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Sociedade dos Homens Batistas do Paraná, pelo notável êxito do I Congresso de Homens Batistas do Paraná, realizado em Curitiba, nos dias 21 e 22 transatos.

Durante o conclave — que reuniu aproximadamente mil representantes de 35 igrejas estabelecidas em 25 cidades do interior do Estado, além de membros das Igrejas Batistas de Curitiba — eminentes líderes transmitiram oportunas e abalizadas mensagens. Dentre os oradores destacaram-se o Deputado Federal e poeta Geóia Júnior, membro da Igreja Batista em São Paulo, o Pastor Nilson do Amaral Fanini, Presidente da Convenção Batista Brasileira e o Pastor Glênio Paranaguá, da Primeira Igreja Batista de Londrina. Na mesma ocasião, ainda, foi eleita e empossada a nova diretoria da Sociedade de Homens Batistas do Paraná, composta por André Zacharow, Presidente; Haroldo Xavier, 1.º Vice-Presidente; Izabelino Aguilera, 2.º Vice-Presidente; Ercindo Valentim, 1.º Secretário e Avelino Vieira, Secretário Executivo e Tesoureiro.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão à Sociedade de Homens Batistas do Paraná e à Convenção Batista Paranaense.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer consultado o Plenário, se registre na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de regozijo pelo transcurso, nesta data, do "DIA DO CONTABILISTA".

O evento, que é de máxima significação para os nobres e abnegados profissionais da contabilidade, constitui-se, por outro lado, em motivo de satisfação e orgulho para toda a Nação, que reconhece ser o trabalho técnico dessa laboriosa classe, uma das forças no processo do seu desenvolvimento e pro-

gresso.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da presente manifestação ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, enviando-se-lhe cópia deste requerimento e as congratulações da Assembléia Legislativa pela passagem da auspiciosa data.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ex.^{mo} Sr. Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Presidente da TELEPAR, reivindicando junto ao mesmo que as linhas telefônicas usadas para "fins comerciais" sofram elevação substancial no limite do número de impulsos gratuitos, que atualmente é igual a 90 (noventa), conforme solicitação da Associação Comercial e Industrial de Maringá.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Presente solicitação encontra justificativa no valor mais elevado que atualmente é cobrado para as taxas, e, também, na maior frequência de uso das linhas com fins comerciais.

Nada mais justo então, Sr. Presidente, que as empresas, exatamente, por pagarem taxa mais elevada e por usarem maior número de vezes seus telefones, vissem ampliado o número de impulsos gratuitos, sem que, tal medida venha acarretar prejuízo para os demais usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Ex.^{mo} Sr. Dr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Presidente da TELEPAR, reivindicando junto ao mesmo que seja adotado para o interior do Estado, o mesmo procedimento de cobranças de "taxas telefônicas" que é utilizado para os usuários da Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, justifica-se por acharmos que os usuários do interior do Estado, não devam sofrer esta discriminação por parte da TELEPAR, que dá um prazo de aproximadamente 15 dias após o vencimento para os usuários da Capital efetuarem o pagamento das taxas, com um pequeno acréscimo, enquanto que, os usuários do interior do Estado tem por obrigação efetuarem seus pagamentos no vencimento das mesmas, sob pena de verem suas linhas cortadas.

Nada mais justo então, Sr. Presidente, que os usuários do interior do Estado fossem beneficiados com tal medida, ou seja, tenham também prorrogação de prazo para pagamento de suas "taxas telefônicas", dentro das normas estabelecidas para a Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no que dispõe o Regimento Interno desta Casa, o Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalada uma Agência daquele órgão na cidade de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Agência do Instituto de Previdência

do Estado, na cidade de Nova Londrina, vem atender uma antiga reivindicação de toda uma região polarizada por aquela progressista comuna, acrescida de que os funcionários públicos ali residentes, não contam com nenhuma assistência, a se considerar o atendimento de urgência.

Em muitos casos, o funcionário tem de recorrer ao Posto mais próximo e que se localiza na cidade de Paranaíba e ainda assim, não encontra total cobertura por parte do IPE, posto que a maioria dos médicos locais não gostam de manter convênios com o referido Instituto.

O Governo do Estado, por intermédio do seu Instituto de Previdência, instalando a Agência aqui solicitada, para a cidade de Nova Londrina, virá sem dúvida solucionar um grave problema social que se arrasta desde os primórdios da colonização da região e dar melhor condição de vida a seus funcionários que o servem em longínquas distâncias da Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer envio de expediente ao Ministério da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, para que seja criada e construída uma ESCOLA TÉCNICA FEDERAL, na cidade de Maringá, a exemplo da existente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O nível de escolaridade da cidade canção e o espantoso crescimento que vem caracterizando o setor da indústria e do comércio, bem como o da livre iniciativa nas profissões liberais, de há muito colocou um parâmetro a ser atingido pelas autoridades responsáveis pelo ensino regional.

Há necessidade de se criar oportunidades iguais, a brasileiros iguais, que apenas residem em locais diferentes. Se Curitiba, há muitas décadas já possui a sua Escola Técnica Federal, outras cidades pólos, também, dentro de seus recursos e exigências, contando já com um padrão de ensino acima do razoável, inclusive com "Campus" Universitário, podem ter um estabelecimento congênere.

A criação e construção de uma Escola Técnica Federal em Maringá, a nível colegial, conforme está sendo solicitado pelo Vereador MIDUFO VADA, em requerimento apresentado no Legislativo local, virá incontestavelmente atender à crescente demanda de formação de profissionais capazes de dar continuidade ao desenvolvimento que se vem verificando no país.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 43/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Casa Transiória Fabiana de Jesus", com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A "Casa Transiória Fabiana de Jesus" entidade assistencial que tem desempenhado as mais nobres atuações no setor assistencial da comunidade de Ponta Grossa, preenche cabalmente os requisitos legais exigidos para se tornar uma instituição de utilidade pública. Por isso a medida ora pleiteada por esta proposição, com certeza merecerá a aprovação desta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhei à Mesa, para consideração de V. Ex.^a e desse douto Plenário, um requerimento para que seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Contabilista".

Este evento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da máxima significação para os nobres e abnegados profissionais de contabilidade; constituiu-se, por outro lado, em motivo de satisfação e orgulho, para todos os nobres Deputados que reconhecem ser o trabalho técnico desta laboriosa classe, uma das mais esforçadas e uma das forças do processo de desenvolvimento e progresso deste País, pelos grandes e relevantes serviços que vem prestando ao manuseio desta área tecnológica.

E requero ainda que se dê conhecimento desta presente manifestação ao Sindicato dos Contabilistas.

Recorda-se, Sr. Presidente, que em 1946, que foi a época, o ano em que saiu uma lei, permitindo ou estabelecendo um critério normativo de caráter militado para o exercício e a validade desses contabilistas, como peritos judiciais e os que, posteriormente fossem formados em alguma escola, não teriam mais estas prerrogativas de funcionarem como peritos judiciais e, por conseguinte, de assumirem responsabilidades técnicas perante a legislação em vigor, como técnicos, como profissionais, como autônomos, em si mesmo, para serem signatários de documentos de validade judicial. E é por esta razão, prestando esta homenagem, tributando a esta laboriosa classe, este pleito de reconhecimento, de gratidão; e que hoje, na evolução dos tempos e da tecnocracia, eles, para se adaptarem ao processo do desenvolvimento e tecnologia moderna, precisam, os atuais, fazer cursos mais aprimorados, para que possam assinar determinados tipos de documentos, quais sejam os balanços de alta repercussão, de alta envergadura no conceito da tecnologia.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que precisamos anotar e que precisamos destacar a passagem desta data que é uma data voltada para o dia desta laboriosa classe, a quem pretendemos tributar o reconhecimento de todo o trabalho que tem prestado no curso do tempo, através de todos os anos, desde o descobrimento do Brasil: das primeiras cartas, dos primeiros manuseios da técnica de contabilizar as finanças públicas e a contabilidade das empresas particulares, que datam ainda da época do Império.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Manifestando preocupação com o crescimento do índice de criminalidade no País, e a conseqüente necessidade de aprimorar-se o policiamento preventivo nos grandes centros urbanos, fizemos desta Casa um apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça para que seja estudada a viabilidade de restabelecer as Guardas-Civis, extintas por motivos de segurança política, hoje superados, no início do processo revolucionário de 1964.

Sugerimos que o patrulhamento fardado, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, na Inglaterra e em vários outros países, viesse a ser o início de uma carreira policial civil, mediante o aperfeiçoamento do servidor nas já existentes Escolas de Polícia. Desta forma, o policial civil, iniciando-se como patrulheiro, evoluiria a cargos de agente, escrivão, detetive e, inclusive, delegado no final, desde que cumpridos os estágios de ensino ao encargo da Escola de Polícia.

Naquela oportunidade, traçamos um paralelo entre o modelo de atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil, ressaltando que existia na figura do guarda-civil uma característica de permanência no cargo, favorecendo a experiência, nem sempre encontrada no miliciano, que pode se engajar por tempo certo

e a curto prazo.

Quando fazemos tal pronunciamento requeremos que cópias dele fossem enviadas ao Secretário de Segurança, ao Comandante da Polícia Militar, a entidades de classe relacionadas com as organizações policiais, pleiteando que elas examinassem o assunto e fornecessem também subsídios cujo objetivo fosse o aprimoramento da prevenção ao crime.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foi com grande surpresa, portanto, que vi surgir uma despropositada reação de setores da Polícia Militar, como se essa nossa preocupação, que é uma preocupação com um problema de coletividade, como o crime, constituísse agressão e crítica àquela Corporação Militar. Intuiuse, inclusive, que estaríamos nós em defesa de grupos interessados na restauração da Guarda-Civil, atuando eleitoreiramente em nosso pronunciamento.

A verdade, Sr. Presidente, desconhecemos a existência de tal grupo; só existente na cabeça daqueles que subscreveram notas malcriadas contra este Parlamentar. E, jamais, fomos procurados por quem quer que seja, para atuarmos como fizemos. Louvamos nosso pronunciamento numa informação prestada por um Delegado de Polícia, segundo o qual, houve em várias capitais brasileiras, uma imediata ascensão dos gráficos da criminalidade. Tratávamos, pois, de um problema da comunidade e as respostas que estamos recebendo, estranhavelmente, através dos jornais, porque nenhum ofício nos foi entregue até a presente data, surgem de setores da Polícia Militar como de defesa à corporação e dos interesses remuneratórios dos seus membros, como se fosse este o assunto em debate.

Que os milicianos, e também os policiais civis, são mal pagos — ademais, como todo o funcionalismo público — é realidade que jamais negamos; e, ninguém, nesta Casa, negou. Pelo contrário, os Anais desta Casa documentam uma interminável série de pronunciamentos e proposições em que fomos coerentes, defendendo os interesses remuneratórios do servidor.

Quando falamos em necessidade de ampliar o policiamento preventivo, e fornecemos uma sugestão ao Ministério da Justiça, nos preocupava a segurança da comunidade, e não os interesses pessoais dos Srs. Membros da Polícia Militar do Estado.

As respostas que recebemos parecem indicar que há setores da Polícia Militar que não se preocupam com a segurança da comunidade, mas somente com seus próprios problemas, que embora existentes não fazem parte do tema elevado que suscitamos, o direito humano do cidadão à segurança individual.

Não pretendíamos iniciar a troca de informações e conceitos com os setores interessados antes de recebermos manifestações oficiais, através de correspondência. E não o faremos, por exemplo, com relação ao Cel. Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, que, nos jornais de domingo, anunciou pontos de vista contrários ao nosso; é um direito que assiste não só a ele, como a qualquer cidadão, neste País; embora tenha manifestado sua opinião aos jornais sem a cortesia de aguardar que recebêssemos o expediente que diz haver endereçado a esta Casa. E, afoito foi, de fazer dito pronunciamento, sem, ao menos, requerer, desta Casa, as notas taquigráficas do pronunciamento que fizemos.

Mas os jornais de hoje estampam uma manifestação do presidente da Sociedade Beneficente dos Sub-tenentes e Sargentos da Polícia Militar, Ubiratan Gaviorno, que, pelo seu conteúdo injurioso, injuriosos à função parlamentar, não deve e não pode ficar sem imediato repúdio. Principalmente, porque está baseada num pressuposto falso, como se tivéssemos nós criticado a Polícia Militar do Estado, acusando seus elementos de despreparo.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, requeremos que a Mesa determine envio de cópia original do pronunciamento que fizemos, também à Sociedade Beneficente dos Sub-Tenentes e Sar-

gentos da Polícia Militar. Porque os Senhores Associados, Sr. Presidente, têm o direito de conhecer a realidade, não pela versão passional, malcriada, atrevida, desinformada, ela sim, demagógica, do Presidente da Entidade. Mas pelo que foi dito está documentado nesta Casa.

Voltamos a repetir, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados. Para os que não entenderam e para aqueles que também não querem entender o que realmente dissemos. Para que elementos interessados em mistificar a opinião dos membros da Polícia Militar do Estado, não continuem fomentando um antagonismo surpreendente e que não julgávamos existir; contra a criação de uma Corporação Policial Civil, cujo objetivo seria ampliar a segurança da comunidade.

Ponto primeiro: quando falamos em despreparo, e o eventual despreparo para o policiamento preventivo, e de relações com o público, nos reportamos a uma realidade incômoda. Claro que é incômoda para alguns elementos da Polícia Militar. Porém, conhecida de todos, principalmente da comunidade curitibana. Porque o mesmo jornal, "Diário do Paraná", que estampou em sua última página a resposta, também malcriada, dos oficiais da Polícia Militar, ao lado pública fotografia de um cidadão humilde, de um operário, que levando a sua esposa grávida ao Pronto-Socorro, foi tomado por bandido, preso, maltratado, violentado e espancado, no mesmo jornal.

Então é claro, claro que a verdade dói, é claro que a verdade é incômoda mas é conhecida de todo o povo. A verdade que eu digo é o grande índice de expulsões na Polícia Militar de elementos engajados. Repito, elementos engajados. Porque, seria pretender demais que aceitássemos que, ao envergar a farda de soldado miliciano, no critério de recrutamento de soldados, muitas vezes a curto prazo, se transformasse qualquer cidadão em santo. É realidade, também, que essa minoria se dilui numa corporação muitas vezes heróica, sempre mal-remunerada, e não estou dizendo isso para agradar a Polícia Militar, porque não é meu hábito agradar ninguém, senão o povo a quem eu devo a minha permanência nesta Casa.

Corporação muitas vezes heróica, sempre mal-remunerada, quase sempre apta ao nível de serviços que dela se poderia exigir.

Isto, entretanto, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, não invalida — como defendemos — a tese de que melhor, mais perfeita, seria — como já foi — a existência de uma corporação especificamente preparada para o policiamento preventivo, ostensivo, principalmente nas casas de diversões públicas, cujos membros tivessem disposição de encarceramento e fossem especificamente treinados para essas funções.

Tentar aprimorar, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, não é insulto.

Reconhecer a realidade não é ofensa.

Os crimes não ocorrem para justificar a existência das corporações policiais, e a preocupação com interesses comunitários de segurança pública devem transcender sensibilidades ericadas por um irresponsável como este presidente da Sociedade Beneficente dos Sub-Tenentes e Sargentos da Polícia Militar, cuja postura é indecente, indecente e malcriada nos força a recorrer à interpelação judicial, em defesa da própria dignidade desta Assembléia Legislativa e da função parlamentar.

Não iremos polemizar aqui com tal cidadão. Porque, se o cachorro morder a minha perna, não vou morder-lhe o rabo.

Nossa intenção — como dissemos — foi debater em torno da garantia de segurança à comunidade.

Vamos ficar nesse plano de relevância, esperando que outros, como nós, abriguem igual inquietação com a segurança da comunidade.

Lançamos uma idéia — como outras podem surgir — talvez mais perfeitas ou apropriadas. Ótimo, seremos seus defensores, na medida que não percam de vista o interesse real da coletividade. Dar ao cidadão garantias razoáveis de que não será

assaltado, espancado ou morto quando sair às ruas. O que, lamentavelmente, está ocorrendo hoje, em Curitiba. No interior, não sei, não conheço o interior do Estado.

Porque, Srs. Deputados, infelizmente, hoje as garantias que se oferecem ao cidadão comum não são razoáveis. Se houve uma derramagem do crime em decorrência de razões sociais, o mínimo de se esperar é o aprimoramento da prevenção, enquanto não sejam superadas as motivantes sociais que fazem inchar as estatísticas das infrações penais.

O que não é aceitável é que essa preocupação, quando manifestada, seja reduzida à expressão de interesse e retornismo de um grupo que se alega existente e pleiteante do renascimento da Guarda-Civil, grupo esse do que, anteriormente, jamais ouvimos falar. É, como já disse, é só na cabeça — que acho está cheia de minhocas — de quem assinou aquela nota malcriada.

A verdade é que as populações se sentem inseguras. Os noticiários são fartos de ocorrências lamentáveis.

A violência campeia e preocupa, intimida quem tem direito à tranquilidade, quem paga imposto e tem o direito da proteção do Estado. A violência intimida mesmo.

São duras, sim, são heróicas, são relevantes e sacrificadas as funções policiais, sejam civis ou militares.

Mas eu torno a perguntar: é crime tentar aprimorar uma missão? É crime? Ou mais crime seria defender uma posição vesga, classista, passional, pessoal — porque, o cidadão vem me falar em salário numa nota de repúdio — vem perguntar "onde estavam os Deputados quando aceitaram o parcelamento do aumento concedido. Os Deputados estavam onde sempre estiveram, onde sempre estão, ao lado do povo.

Os Deputados votaram a mensagem governamental que concedeu aumento ao funcionalismo público, a partir de 1.º de janeiro.

Agora, situações conjunturais da difícil fase que vive a economia, não só paranaense, nacional, e quiçá mundial, forçaram o Governador ao parcelamento. É uma atitude exclusivamente da responsabilidade do Poder Executivo.

Então, não admito que um cidadão venha defender uma posição classista, pessoal, de interesses imediatos, em prejuízo do bem comum, colocando acima dos direitos da população uma postura de inconformismo envizeirada.

Se há fatores determinantes da ineficiência do policiamento preventivo, que sejam eles apontados por quem os identifique, e vamos tratar de solucioná-los.

Debater assunto de tal seriedade ao nível de "picuinha" — como foi feito por esse cidadão, que acho que é desequilibrado mental, avilta o interesse público e faz crer, nestas pessoas sim, que existe a maldade e desprezo pelo bem-estar geral."

Sr. Presidente, requeiro que deste pronunciamento seja enviada cópia ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, ao Sr. Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e ao, não ao Presidente, mas ao Clube dos Sargentos e Sub-Tenentes da Polícia Militar. Porque o Sr. Presidente não merece consideração deste Deputado. Requeiro que se envie como uma homenagem aos Sub-Tenentes e Sargentos da Polícia Militar, uma cópia de nosso pronunciamento de inteiro teor.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado. Apenas quero registrar à Casa a minha inteira solidariedade a V. Ex.^a . . .

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Valter Pietrângelo — . . . neste episódio, como já o fiz na oportunidade em que V. Ex.^a propôs a sugestão de retorno das Guardas-Civis para, evidentemente, melhorar a nossa segurança pública. Apenas, eminente Deputado, devo estranhar a importância, o barulho tão imenso que os órgãos oficiais, a Sociedade dos Sargentos e Sub-Tenentes da Polícia Militar fizeram de todo assunto, quando, na realidade, este é um assunto tão elementar. Se propõe o restabelecimento das Guardas-Ci-

vis, é conveniente ou não é conveniente?

É de se estranhar, realmente, que os nossos oficiais e a Sociedade, através da fala de seu Presidente, o Sargento Gaviorno, tivesse dado a conotação que deram ao assunto. É um assunto de se debater, de se discutir, de se pesquisar. Evidentemente, muito importante para a comunidade paranaense. Devo dizer a V. Ex.^a eminente Deputado, que conheço o Sargento Gaviorno, Presidente da Sociedade dos Sargentos e Sub-Tenentes de Curitiba, e afirmo também a V. Ex.^a que aquela entidade tem prestado um serviço muito amplo, muito útil, muito benéfico, aos milicianos paranaenses. E conheço o Sargento Gaviorno, inclusive, como homem dotado de ponderação, de equilíbrio, de atitudes inteligentes. Estranhei, também, com a dosagem bastante grande, as declarações que hoje li nos nossos jornais.

Cabe-me reafirmar a V. Ex.^a a minha solidariedade e a minha estranheza às declarações do Presidente da Sociedade dos Sargentos e Sub-Tenentes. A casa, eminente Deputado, sempre esteve do lado da Polícia Militar do Estado do Paraná na sua atuação profissional, na sua situação trabalhista com os servidores públicos, reconhecendo os baixos salários, as dificuldades físicas, inclusive, da corporação.

Tanto é que, no ano passado, esta Casa defendeu, nos apoiou integralmente, se entendeu inclusive este Poder com o Poder Executivo, na busca de sensibilizar o Sr. Governador para que não só restabelecesse a gratificação do terço por conta de risco de vida e saúde, ao funcionalismo público, especialmente ao miliciano, como também esta Casa entendeu que deveria o Poder Executivo pagar ao miliciano desde primeiro de novembro de 1964, a gratificação do terço por conta do Risco de Vida e Saúde, porque esta Casa vê, na atitude do Poder Executivo que no dia 31 de outubro de 64 congelou e, posteriormente, extinguiu a gratificação a que nos referimos. Se, alguma crítica deveria o Sr. Presidente da Sociedade dos Sargentos e Sub-Tenentes dirigir, deveria fazê-lo ao Poder Público, com referência ao aumento salarial, à gratificação do terço por conta do Risco de Vida e Saúde, não, a esta Casa, aos Srs. Deputados e a V. Ex.^a. Deveria sim, dirigí-la, integralmente, a insensibilidade e até a uma atitude tática do Poder Executivo, que acha que não deve entender e admitir que a nossa legislação dá direitos plenos para que o funcionalismo público do Estado que está enquadrado na atividade do Risco de Vida e Saúde, ou Fronteiras, receba a gratificação correspondente a 1/3 dos seus vencimentos.

O meu protesto, eminente Deputado, à atitude dos oficiais e do Sr. Presidente da Sociedade dos Sargentos e Sub-Tenentes.

A minha solidariedade a V. Ex.^a, eis que entendo que o assunto abordado por V. Ex.^a, é um assunto de grande importância, que deve ser debatido com isenção de ânimos, com tranquilidade, com amor ao povo do Paraná. E devo ainda concluir, eminente Deputado, dizendo que pretendo continuar nesta Casa, neste Poder, a nossa tarefa, a de procurar sensibilizar o Poder Executivo para que restabeleça a gratificação do terço por conta do Risco de Vida, Saúde ou Fronteiras, como também admita, aceite pagar aos funcionários do Paraná que merecem por lei, esta gratificação, desde a época do seu congelamento ou extinção.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu que agradeço o aparte e a solidariedade de V. Ex.^a, o que aliás não me surpreende, pelas atitudes claras e definidas que V. Ex.^a sempre teve nesta Casa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, minha intervenção será tão rápida quanto sincera.

Tão somente eu queria registrar minha solidariedade pessoal e acredito que de toda a minha bancada, como uma atitude de desagravo pela maneira pouco cordial com que a Sociedade

dos Sargentos e Sub-Tenentes dirigiu-se a V. Ex.^a.

V. Ex.^a fez uma proposta que, a Sociedade poderia não ter acolhido, mas, o que não se pode tolerar e admitir, é que se faça vedetismo em torno do assunto que V. Ex.^a propôs à consideração de quem de direito; razão pela qual aproveito a oportunidade, para manifestar a minha solidariedade pessoal e, tenho certeza, a solidariedade de todos os meus companheiros de bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado a V. Ex.^a.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra, no horário reservado ao MDB, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lendo): "O governo se prepara para anunciar os novos índices do salário-mínimo, em bases que podem variar de 40 a 45% de aumento.

Durante este ano, que antecede em dois meses o ano fiscal, os salários, ordenados e rendas foram corroídos pelo custo-de-vida e, mais, pela vida econômica real.

Nós temos uma população economicamente ativa de aproximadamente 35 milhões de brasileiros. Dos quais quase 18 milhões vivem em torno do salário-mínimo; quer dizer, uma parcela não o recebe sequer regularmente.

De uma população de 115 a 120 milhões de brasileiros — afinal nossas estatísticas são subdesenvolvidas — apenas 4 milhões declaram o imposto de renda. Entre os que declaram, alguns declaram e não pagam; isto é, estão isentos. Para declarar é suficiente que o brasileiro tenha rendimentos mensais de Cr\$ 4 mil.

Frente a esses dados, alguém poderia pensar que de 35 milhões da população economicamente ativa, retirando-se os 18 milhões que vegetam em torno do salário-mínimo, teríamos uma enorme faixa de 17 milhões de brasileiros que ganham mais do que o salário-mínimo. É verdade, as pesquisas até aqui elaboradas pelo IBGE e institutos reconhecidos dão um quadro de 40 a 45% do total da força de trabalho (18 milhões, aproximadamente) vivendo em torno do salário-mínimo; e 30 a 40% vivendo com salários entre um e dois salários-mínimos; num total de 12 milhões.

Os cálculos de nosso governo são muito parecidos com os comunicados das operações de guerra emitidos por Mussolini: "Batemos o inimigo na Tripolitania, apesar de sua enorme superioridade. Infilgimos pesadas perdas às forças adversárias e recuamos para posições mais vantajosas."

Esses 32% de assalariados que o governo maneja em seu "milagre do desenvolvimento" vão desde a escala de Cr\$ 50,00 a mais até os Cr\$ 2.000,00. E assim se soma tudo, sem distribuir os percentuais daqueles em maioria que percebem 1.300 cruzeiros, 1.400, cruzeiros etc.

Senhores Deputados:

Tivemos um grande avanço para nossa "renda per capita" suscitar confusões entre os "eufóricos e os mais eufóricos", que afirmam estar o país com renda média de 1.200 dólares e outros, 1.400 dólares, sem contar o endividamento.

Fiquemos com 1.200 dólares, o que significa ordenados mensais de 100 dólares por brasileiro. Ou Cr\$ 1.700,00 ao câmbio atual.

No frígir dos ovos, computando-se as crianças até 14 anos, é perfeitamente possível decretar uma média salarial mais alta. E se acrescermos uma política responsável que permita aos produtores rurais pobres ter estímulo à plantação de subsistência, não teremos resolvido a questão social neste "Jardim de Delícias", mas teremos encontrado caminhos para a solução dos graves problemas que enfrentamos.

O que não é aceitável é o sofisma de que os salários não podem elevar-se porque são inflacionários; como se eles fossem

a principal causa da inflação brasileira. E então se eleva a produtividade, mas ela se acrescenta aos ônus fiscais e tributários ou à parte dos lucros que tenta seguir os valores da vida econômica real. Os trabalhadores ficam à margem das vantagens, confirmando que somos um país onde há uma socialização das perdas e a privatização dos lucros.

O que estamos chamando de "vida econômica real"?

Não somos entendidos. Não somos tecnocratas. Não somos do privilegiado grupo de áulicos do poder. Mas temos alguma coisa a dizer. Coisa que o bom senso entende, porque percebe.

Por um artifício do "milagre econômico", poucos são os brasileiros que sabem o que é a "vida econômica real". E esses poucos são os chamados e uma elite são os eleitos. Porque saber não significa viver nas condições do pequeno grupo de íntimos do Sistema, cujos proventos mensais ultrapassam a cento e dezenove mil cruzeiros e juros e rendas de acumulação crescente. São apenas sete mil dólares mensais, mas que este modesto país onde se exigem grandes sacrifícios já constituem um alto padrão de vida. Porém, o problema não são os sete mil dólares mensais e sim a oportunidade que têm aqueles sócios do clube de fazer as operações e contas de chegar que resultam na acumulação crescente, mesmo com inflação acima de 60% ao ano.

A grande verdade é que vivemos sob a minidesvalorização do dólar, que por sua vez se desvaloriza frente às moedas mais fortes; pagamos a diferença e o prazo. A verdade é que nada merece confiança: a taxa de inflação real, o custo-de-vida para as classes trabalhadoras e a situação do país.

Com incrível despudor, as estatísticas e os cálculos do governo se confrontam com a vivência das classes trabalhadoras e o bom-senso popular. A vida econômica real que a Nação conhece não é aquela que informa e orienta os cálculos e decisões do governo.

Temos, então, um fosso separando o governo e o povo, a vida econômica real e a artificial que sustenta o "milagre". Senhores Deputados:

Os estudos mais sérios sobre a situação brasileira nos dizem que cada brasileiro ao nascer está devendo seis mil cruzeiros, das dívidas interna e externa. Entendamos bem, das dívidas contraídas pelo governo autoritário e discricionário, à revalia do povo, dentro de um modelo repellido pelo povo, mas nas costas do povo.

Esse governo de agressão popular — que ainda se apresenta como governo nacional — vive manipulando a fome, a miséria, e as privações populares; e agora vai decidir se as classes trabalhadoras poderão compartilhar das migalhas do banquete a que se dedica um pequeno número de cidadãos; desde o presidente que acumula dois ou três vencimentos até o especulador financeiro que espera os avisos ministeriais sobre o petróleo, o ferro; ou os repassadores de créditos e financiamentos de favor.

Os novos índices de salário-mínimo serão baixados sem considerar as necessidades sociais dos trabalhadores; agora mais do que nunca é preciso que os trabalhadores paguem o fracasso da "política econômica do governo".

Porém, não é só a ação mistificadora do governo que produz essa letargia, esse efeito deletério sobre a ação social e política. O consumismo e a voragem especulativa criaram uma imagem absurda da realidade brasileira.

Não são poucos os homens de boa ou de má-fé que assoleiam as condições de consumo no país como boas. O fato de um brasileiro de um ou dois salários-mínimos comprar uma televisão, um rádio, uma roupa passou a constituir a otimização das condições de consumo.

Poucos foram os homens conscientes que se alarmaram com o desvio provocado pela opção entre melhorar o padrão de alimentação e moradia e comprar roupas e eletrodomésti-

cos.

Em vez de se alarmarem, os homens do governo deram corda a esse desvio, a essa aberração de um povo sob péssimo padrão de consumo, especialmente alimentar, de saúde, de moradia e de instrução; de convivência e de segurança.

E mais, esse infeliz optante entregou grande parte de seu dinheiro para a intermediação financeira de tipo especulativo, de usura e agiotagem, para satisfação dos sócios dos Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e de outros ministérios.

Felizmente, chegou a hora da verdade. Estamos caminhando para o reajustamento da sociedade brasileira, pelo menos em aspectos até aqui deixados de lado e que constituem o eixo da "política econômica do governo", política de tipo aventureiro e especulativo, da usura, dos favores oficiais, dos privilégios de grupos.

Esse caminho não depende dos arreganhos de nenhum chefe.

A política salarial de agora é apenas um ensaio no ajuste."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança da Arena, sobre se deseja ocupar o horário reservado à sua bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "LAR SÃO MATEUS", com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 03/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina "Prefeito José Amin Matte", a Escola de Ensino de 1º grau, da sede do Município de Chopinzinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dário Antônio Bordin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Contabilista". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja dispensada a publicação do parecer emitido pela douta Comissão Especial encarregada de apreciar a Proposição nº 538. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, propondo solidariedade ao trabalho, à luta e às posições dos estudantes universitários de Londrina, através de seu Diretório Central dos Estudantes e solicita outras providências. —

Em votação.— Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Por gentileza, V. Exª poderia mandar proceder verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deferiu.

Nos termos regimentais coloca a matéria de forma inversa à apreciação do Plenário.

(Faz soar os tímpanos)

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam.

11 Srs. Deputados rejeitam; um Sr. Deputado não votou.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente. Requeiro a V. Exª que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência deferiu.

Tão logo os Srs. Deputados que se encontram nas dependências deste Poder, forem advertidos, o Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Faz a chamada) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 33 Srs. Deputados.

Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que, hoje, esta Casa, por sua maioria resolve deliberar e que, para encaminhá-lo pudesse contar com a colaboração dessa mesma bancada, gostaria de dizer que está à mesa, há já quase um mês — desde o dia 6 de abril — vem sendo sistematicamente obstruído. Tem a sua votação permanentemente postergada.

Indago, pergunto, Sr. Presidente, como autor desse requerimento, que razão haveria de ter a Casa, que razão haveria de ter a Maioria com assento nesta Casa, para, no silêncio e na calada da obstrução, manobrar dessa maneira para impedir que esse assunto seja aflorado, que essa questão seja conhecida.

Todavia, nenhuma única voz se levantou contra esse requerimento.

Vi, diuturnamente, levantarem-se Deputados, buscando a obstrução. Legítima e correta manobra. Não me parece muito legítima a fuga ao debate, à decisão da discussão.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aqui quero informar à Maioria, porque — me parece — a Maioria, dado até o largo tempo que o requerimento dormita nesta Mesa desinformada, trata-se de um requerimento que pede que esta Casa se pronuncie em solidariedade à juventude do Paraná e, em particular, aos universitários de Londrina. E vale aqui, agora, que se pare, que se rememore, o Paraná conheceu, Srs. Deputados, ao início da década de 1960, um jovem de atitudes valentes e corajosas, entusiasta e disposto, talentoso até, que graças a sua coragem e idealismo, empalmou uma das mais aplaudidas lideranças estudantis que este Estado conheceu. Este moço cumpriu a sua trajetória universitária coberto pelo respeito e pela admiração de seus contemporâneos, de jovens que, como ele, vivendo a quem do momento histórico que viviam, nele depositavam confiança e lhe entregavam a orientação das suas caminhadas de jovens, de vibrantes e de entusiastas.

Àquela mesma época, início desta década de 1960,

já se vai muito tempo nisto, governava este Estado Sr. Ney Braga, e uma das grandes lutas que este moço enfrentou foi contra a prepotência e contra a violência que se instalara no Palácio Iguaçu e era comandada pelo Governador Ney Braga, de então.

O tempo passou e o destino é insidioso, fez com que estas duas vidas se entrelçassem, aquele moço hoje é Reitor da Universidade de Londrina. O Sr. Ney Braga retorna pela mão da prepotência ao Governo do Estado. O Sr. Ney Braga não mudou, continua o mesmo homem. Continua a mesma criatura, afinado com as mesmas idéias, servindo aos mesmos Srs. E hoje, talvez mais do que ontem, comprometido com o arbítrio, com a violência, com a prepotência, com obscurantismo. E o moço de então, hoje Reitor, parece também haver mergulhado neste mar de idéias iníquas. Parece haver se atrelado à mesma corrente. Parece estar a trafegar no mesmo caudal.

E hoje é o responsável, naquela Universidade, pelos atos de agressão àquela juventude, pelos atos de violência aos estudantes, transformando a Universidade, que todos queremos aberta, livre, que todos queremos dirigida à realidade da comunidade, transformando-a num compartimento, onde o que se assiste, o que se vê, é a vontade onipresente, total, inquestionável, de um só homem: de seu Reitor.

Por isto, Sr. Presidente, em socorro àquela juventude, em socorro àqueles estudantes, é que entendemos de levantar este debate nesta Casa, é que entendemos de tentar conquistar uma solidariedade à luta que tem lutado, às idéias que tem pregado...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço desculpas ao Sr. Deputado Enéas Faria, Líder do MDB, mas como está este requerimento com discussão encerrada, presumo que seja encaminhado à votação que o Deputado Enéas Faria. Pediria então que V. Exª se retivesse no horário que, segundo o meu apontamento, teria excedido o horário reservado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sr. Exª foi para a tribuna, no relógio do Presidente, às 15:38 horas, devendo encerrar seu prazo às 15:48 horas. Pelo relógio da Presidência. Declino de dar marca do relógio para evitar que algum Sr. Deputado duvide de sua justeza. V. Exª tem portanto, mais dois minutos e trinta segundos, eminente Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Portanto, Sr. Presidente, permita que conclua. Queria o debate, queria que a questão aflorasse, que a questão emergisse, e que alguém pudesse vir aqui contradizer que os estudantes estão errados, que o Reitor está correto. Que o que nós estamos dizendo é verdade, que o que estamos expondo não configura a realidade que vive a juventude daquela cidade e daquela região.

Como resposta, encontramos, lamentavelmente, em que pese o talento e a inteligência do nobre Líder da ARENA, a pressa, em nos calar, para que a questão seja, mais uma vez, sepultada. Porque me parece que, se até hoje se manteve aquele Reitor, intocável, doravante ele será também, endeusado, na posição familiar em que se encontra.

Triste deste Paraná!

Ainda bem, Sr. Presidente, que, com solidariedade ou não, desta Casa, que com aplauso ou não, desta Casa, que com o respaldo ou não, desta Casa, a juventude do Paraná é viril e corajosa, a juventude do Paraná não se dobra e haverá de trabalhar, num futuro mais risonho, mais feliz e mais honesto para a nossa terra.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria; Rejeitado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferida.

Em votação, em forma inversa, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria; 17 Srs. Deputados rejeitam, 12 Srs. Deputados aprovam; **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente às autoridades federais, propondo urgentes medidas para o atendimento de inadiáveis necessidades da agricultura, face a prolongada estiagem que atinge o setor mais importante da economia estadual e federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Sr. General João Batista Figueiredo, no encerramento da Convenção da ARENA. — **Aprovado.**

(O discurso acha-se publicado no final desta Ata)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em protesto pelo irrealismo das medidas aprovadas recentemente em benefício da cafeicultura, e de apelo no sentido de que determine a reabertura dos debates entre o governo e os produtores e comerciantes de café, visando o estabelecimento de uma política melhor definida. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações com referência a nomes, datas e as importâncias — dos funcionários públicos civis e militares do Estado, que estão percebendo a Gratificação por Conta de Risco de Vida, Saúde ou Fronteira. — Em votação. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, instando-o a proceder à imediata implantação do aumento nos vencimentos do funcionalismo público estadual e o conseqüente pagamento das diferenças em atraso ainda no mês de abril corrente. — **Rejeitado.**

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e submeterá o requerimento, em forma inversa para verificação do requerido.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

11 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado o requerimento.**

O SR. ENÉAS FARIA — Senhor Presidente.

Apenas para requerer de V. Ex^a, que a ata registre que, procedida verificação de votação, a bancada do M.D.B. com seus Deputados hoje presentes, contaram com a honrosa presença do Deputado Accioly Neto, que votou favorável, recebendo, portanto, desaprovação da bancada majoritária da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — As notas taquigráficas registraram o que V. Ex^a acaba de proferir.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente

à Secretaria de Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que seja criado um Curso de Contabilidade ou de Secretariado, no Colégio Estadual João XXIII, na Vila Operária, em Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo sejam adotadas providências para coibir abusos que se vêm verificando por elementos menos escrupulosos que na sua pretensão mandonista se servem de estabelecimentos de ensino, professores, alunos e materiais escolares, para promover campanha eleitoral. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria dos Recursos Humanos, sejam realizados estudos visando o encaminhamento de mensagem governamental a esta Casa, objetivando a contagem para efeito de aposentadoria ao servidor público, de serviço prestado, em qualquer grau de ensino, ao magistério particular. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o discurso pronunciado pelo Dr. Ernani Simas Alves, quando da entrega do "Título Doutor Honoris Causa" ao Dr. Atys Quadros da Silva. — **Aprovado.**

(O discurso acha-se publicado no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, reivindicando benefícios à 10^a Subdivisão Policial da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, a fim de que interceda junto as diretorias de diversos estabelecimentos bancários, no sentido de que sejam prorrogados os prazos de financiamentos, e que sejam suspensas as execuções judiciais dos agricultores da região de Santa Cecília do Pavão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor, com regozijo pelos vinte e cinco anos de existência completados no último dia 23, e reverência pelos inestimáveis serviços de assistência social e espiritual prestados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja alterada a Lei nº 6.996, a fim de que possa ser evitado encavalamento dos níveis iniciais de vencimentos, bem como reajustar-se, a partir de 1º de maio, os vencimentos do Pessoal da Polícia Civil e Militar. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de apelo, no sentido da urgente remessa das carteiras escolares já solicitadas pelo Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, reivindicando junto ao mesmo, que as linhas telefônicas usadas para fins comerciais sofram elevação substancial no limite de número de impulsos gratuitos, conforme solicitação da Associação Comercial e Industrial de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio

Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, reivindicando seja adotado para o interior do Estado, o mesmo procedimento de cobranças de taxas telefônicas que é utilizado para os usuários da Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalada uma agência do referido órgão na cidade de Nova Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso no dia 17 próximo passado, da data alusiva à Independência da República Árabe-Síria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, em forma de apelo, visando a criação e construção de uma Escola Técnica Federal, na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade de Homens Batistas do Paraná, pelo êxito do 1º Congresso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio do pronunciamento feito pelo requerente da tribuna, ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, ao Sr. Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e ao Clube dos Sargentos e Sub-Tenentes da Polícia Militar. — **Aprovado.**

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares, que incluirá na Ordem do Dia da sessão de amanhã, a Proposição nº 538/77, que propõe emenda à Constituição do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02/78 e 03/78.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/77.

1ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 538/77.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GILBERTO CARVALHO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1978.

“O GOVERNO DA CONCILIAÇÃO NACIONAL”

É O QUE PREGA FIGUEIREDO, AO DEFINIR PARA A ARENA SUA PLATAFORMA.

Ontem à noite, encerrando a Convenção Nacional da Arena (depois de saudado por Henrique Córdova, cujo pronunciamento está na página 2), o general João Batista Figueiredo agradeceu sua escolha como candidato à presidência da República. Seu discurso, na íntegra, é o seguinte:

“Recebo, com pleno sentimento da alta responsabilidade que me é cometida, a indicação da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL para concorrer à eleição de Presidente da República. Em meu nome e no do eminente parlamentar, administrador e homem público. Governador AURELIANO CHAVES, escolhido para disputar a Vice-Presidência; agradeço a confiança em nós depositada pela egrégia Convenção Nacional do Partido.

As palavras do ilustre Deputado HENRIQUE CÓRDOVA, bene-

volentes, apontam-nos qualidades que acreditamos possuir, as na justa medida — nunca maior — em que as possui o homem como um. A ser necessário dar-lhes exponencialidade, no exercício de tão altos cargos, haveremos de recorrer ao rico manancial de amor ao homem e à terra e de devoção patriótica à causa pública, que em nós existe, assim como extravasa da alma generosa de todos os brasileiros.

Profundamente solene é este instante de compromisso. Assumimo-lo com ponderada humildade, perante Deus e o povo deste País. Na grandiosa incumbência que se nos depara, rogamos as graças do Senhor para que ilumine nossa pequenez; e pedimos ajuda e compreensão a toda a Nação, convocando vontades para robustecer a fragilidade e compensar imperfeições de nossa condição humana.

Volto-me aqui, com saudade e gratidão, à memória de meu pai, EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, o mais intransigente professor de amor à Pátria que já tive. A ele devo o exemplo na carreira das armas e na vida, que ambas procurei pautar à sua imagem de cidadão-soldado.

Volto-me, com amizade, reconhecimento e respeito, para a figura humana e digna do Presidente EMÍLIO GARRASTAZÚ MÉDICI. Em seu Governo austero e de marcante surto de progresso, o honroso exercício das Chefias do Gabinete Militar e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional proporcionou-me valiosa aprendizagem, sempre atualizada, sobre a complexa problemática brasileira.

Volto-me, em preito de admiração, para o eminente Presidente ERNESTO GEISEL. Tenho a fortuna de acompanhar de perto a obra invulgar de governo que vem realizando. Colho ensinamentos preciosos de sua devoção total ao exercício do cargo. A História dirá melhor da competência do estadista, que sinto, em consciência, se medirá também pelo acerto na indicação de seu sucessor recalcasse esta, embora, em quem nada postulava e só a aceitou como imperativo do dever, a ser bem ou mal cumprida na medida em que testemunhar judicioso proveito das lições hauridas junto a esses três homens.

Volto-me também para o meu Exército, onde, desde os idos de 1929, encontrei Chefes e mestres que, entre ensinamentos e exemplos múltiplos, souberam incutir no âmago de meu ser a sólida convicção de que a farda veste seres humanos e não abafa no peito, jamais, o cidadão.

Volto-me para meus camaradas de Armas que vêm, através dos anos, incentivando meus esforços, alimentando meu entusiasmo e relevando atitudes em que o arrojo ou a emoção permitiram ao coração sobrepor-se à razão.

Divisamos, hoje, o limiar de mais uma etapa de nosso processo revolucionário, dinâmico na busca de uma estrutura política, econômica e social mais aperfeiçoada e que melhor responda aos anseios nacionais de paz, de justiça e de progresso. Ponderáveis setores de nossa sociedade opinam sobre variadas sugestões de reformas. Outras respondem a expectativas utópicas, por definição irrealistas. Outras há que se fundamentam em concepções, ultrapassadas por uma conjuntura, tanto interna como externa, em acelerada mutação. Outras, ao contrário, buscam uma progressiva consolidação institucional, que dê ao Estado instrumentos e mecanismos para sua destinação de servir ao povo, executar sua vontade e preservá-lo contra a ação de minorias predatórias ou dominadoras.

Entendo que a estruturação que melhor traduz as aspirações nacionais, inspiradas pelos valores cristãos sobre os quais se erigiu a sociedade brasileira, se alicerça em um Legislativo atuante, representativo das várias correntes do eleitorado, constituído de figuras políticas que valorizem seu papel de veículos de ligação, em duplo sentido, entre o povo e o Governo; num, Judiciário dinâmico, respeitado pela isenção e pela autoridade, em todas as suas instâncias; e um Executivo consciente da delegação que exerce, ágil, probo, forte política e administrativamente, em condições de prosseguir na consecução dos objetivos nacionais.

Afirmo ser essa uma determinação revolucionária que acompanhei no nascedouro. O recurso à exceção, por imperativos conjunturais sobretudo de segurança, não destruiu o ideário, de inspiração essencialmente democrática, que legitimou a Revolução de 31 de Março de 1964 e lhe assegura a continuidade. Corrupção e subversão foram seus inimigos como deveriam ser de qualquer governo. Mas a Revolução

não se limitou a ser contra uma e contra a outra; em 14 anos de acertos e tropeços, suas realizações mostram que não foi tão acanhada e desambiciosa a diretriz que se traçou. Só não o vêem os mofos de paixão facciosa, os extremistas e os néscios. E, agora estamos muito mais próximos da meta democrática e lá chegaremos, a confirmar que, dinâmica e nunca imobilista, a Revolução. E, e não, apenas, ESTA.

Com vista ao aperfeiçoamento institucional, as reformas não poderiam se completar em um tempo único. A progressividade lhes é essencial, para que não se veja a sociedade sufocada, nem o Governo desarmado. E, pois, teremos de encontrar medidas que compatibilizem a liberdade do indivíduo com a segurança da sociedade, mantenham uma imprensa livre, consciência de sua responsabilidade, favoreçam uma organização política - partidária capaz de captar tendências do eleitorado, estructurem uma organização sindical dando justo valor à força do trabalho.

E falar em força de trabalho é falar no potencial ativo de uma população de 110 milhões de brasileiros, riqueza magnífica ainda não aproveitada em toda a sua pujança.

Cumpra-se o prosseguimento, e cada vez com maior empenho, a esta nossa obra revolucionária de reduzir desequilíbrios sociais.

Prometo um grande esforço para promover habilitação profissional, erradicar a desnutrição, melhorar o nível de saúde, deixar no passado as dificuldades de abastecimento e zelar pelas condições de higiene e segurança dos milhões de trabalhadores brasileiros.

Eis por que, na batalha ingente pelo desenvolvimento integrado do país, que já lhe traz laureis de potência emergente, terá de estar toda a Nação voltada sempre, prioritariamente, para a valorização do homem, sua riqueza maior.

Nação - e não apenas Governo. A este cabe por certo, criar as necessárias condições, mas não é sua a responsabilidade total. Compete a cada um e, principalmente, aos segmentos mais organizados da sociedade, assumir a sua parte:

- aos trabalhadores, pleiteando melhores condições de vida, mas conscientes de que só o aumento da produtividade pode ensiná-las;
- ao empresariado rural e urbano, dando alcance social e integracionista a seus investimentos;
- aos profissionais liberais - empregadores e associações - buscando o bem da comunidade e do indivíduo ademais da defesa de seus próprios interesses;
- aos homens de comunicação de massa, exercendo seu papel de veículos de cultura e de informação dentro dos padrões de verdade, conveniência e moralidade;
- aos intelectuais, dirigindo sua imaginação criadora para o crescimento cultural e político da sociedade;
- aos estudantes, retribuindo ao privilégio que não alcança a todos e potencializando o investimento da Nação, pelo aproveitamento no aprendizado que elevará a qualidade profissional;
- a educadores e mestres, contribuindo para ensino mais realista, profissionalizante e de conteúdo humanístico;
- às confissões religiosas, aplicando dedicação, sabedoria e experiência seculares na promoção do homem, com superação do recurso destruidor da luta de classe;
- aos funcionários públicos, dando dimensões de ideal à destinação de servir à população através dos organismos do Estado;
- aos militares, cumprindo seu dever sem concessões à disciplina, à hierarquia e ao apostolado da integridade nacional.

Se eleito, assumirei com determinação minha parcela de responsabilidade, voltado à valorização maior do homem brasileiro e à prevalência do interesse nacional. E, no direcionamento da economia, não me arredarei dos caminhos que favoreçam um crescimento integrado e a redução dos desequilíbrios regionais.

Entendo que: direcionar a economia, é atribuição intransferível do Governo. A mais dos setores em que o controle estatal é reconhecidamente essencial à segurança nacional, cabem a ele os investimentos pioneiros, enquanto não suscetíveis de atrair a iniciativa privada, transferíveis porém a esta desde que disposta a assumi-los. Cabe-lhe, também, a regulação do acesso, da aplicação e do retorno do capital externo, indispensável que é a um país em desenvolvimento, mas compatibili-

zado com o fortalecimento do capital nacional. Cabe-lhes, ainda, restringir a influência do poder econômico, em particular o transnacional, buscando um nivelamento de forças de que resulte o equilíbrio social. Cabe-lhe, além de tudo isso, estimular e garantir prevalência do regime de livre empresa.

Encaro o direcionamento da economia com um alcance abrangente, para que, de um lado, se promova, com igual interesse, a multiplicação dos bens e dos serviços, a oferta de trabalho e a elevação dos padrões de vida da comunidade em seu todo, com distribuição melhor da renda nacional; e, de outro lado, se combata a inflação, corrosiva dos salários, aceitando-se taxas de crescimento ao alcance de nossas possibilidades e condicionadas às reais limitações de nosso balanço de pagamentos.

Defendo a atenção prioritária para o desempenho da agricultura e pecuária, na produção, sobretudo de alimentos, em proveito do consumo interno e também da exportação.

Tais objetivos seriam inalcançáveis, sem dúvida, se adotássemos um comportamento isolacionista, cego à evidência desta "aldeia global" em que vivemos. Para sua concretização, muito influirá a manutenção de fraterna convivência internacional, atitude que preside, tradicionalmente, nossa política exterior. E, esta, vejo - a orientada, com firmeza, no comércio e da estrutura monetária mundiais; com inflexibilidade, na exigência de respeito à autodeterminação nacional; com agilidade, para a abertura de novas fronteiras comerciais; com objetividade e realismo, na promoção dos interesses nacionais nos círculos cada vez mais ampliados, a partir do continente americano, de nossa circunvizinhança política e na colaboração generosa à segurança e à paz internacionais. Creio seja este um esboço sumário para a projeção do Brasil na comunidade dos povos, com preservação de nossa maneira de ser e de viver e mantido integral o território nacional.

SENHORES CONVENCIONAIS:

Não pretendo esconder que revolucionária foi minha indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, ao partido do qual é presidente honorário, tudo se desenvolvendo ainda, dentro de um processo deflagrado, em 1964, pelas Forças Armadas, atendendo o apelo da Nação.

Presente a responsabilidade das Forças Armadas no processo revolucionário, não é imodesto render-lhes eu minhas homenagens.

Soldado, recebi essa indicação com uma missão a cumprir. Candidato, dispo agora a farda para exercer as atividades essencialmente civis de postulante à suprema magistratura e mais tarde - confio - as de Presidente da República. E, então, caber-me-á dar continuidade é um projeto que cumpre etapas na consolidação política, econômica e social do País, sem intransigências na reformulação de conceitos - conquanto a tolerância não se confunda com permissividade ou esquecimento de violações à segurança do indivíduo e da sociedade.

A hora é, pois, da responsabilidade dos políticos.

É hora da responsabilidade, maior ainda, da ARENA, partido majoritário que é e continuará a ser, se o espírito partidário prevalecer sobre as divergências pessoais e sobre interesses localistas. Prometo-vos, meu devotamento de todas as horas. E que não se arrefeça, em nenhum de nós, a dedicação à campanha. Nem a deslustrem argumentos demagógicos quando aí está, para ser divulgada, toda a obra já realizada pela Revolução de 64. Não arrefeça a obstinação em perseguir nas urnas a vitória que fortalecerá o Partido e garantirá se venha a dar pronta efetividade às reformas ansiosamente esperadas por um povo que quer ordem, tranquilidade, segurança, estabilidade política sem estagnação nem imobilismo. Um povo que se renova pela predominância numérica dos jovens, e que tem, portanto, os olhos postos no futuro, na descoberta de novos caminhos.

A hora é do trabalho de todos. Desenvolvimento é, antes de tudo, um estado de espírito, a presidir nossos atos mais corriqueiros tanto quanto decisões de alcance vital. É desse estado de espírito nacional que emanará a energia de uma sociedade que se quer aperfeiçoar e ordenar, sem dependência do arbítrio, dentro dos princípios cristãos de dignificação do homem, de igualdade de oportunidades, da moralidade dos costumes.

A hora é de conciliação e é de compreensão, sem acomodações

subalternas mas também sem intransigências, em benefício do BRASIL.

Deus me dê energia e luzes para honrar a confiança e corresponder às esperanças postas em mim.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO, EM SESSÃO
DO DIA 25 DE ABRIL DE 1978**

"Discurso pronunciado pelo Dr. Ernani Simas Alves, quando da entrega do título "Dr. Honoris Causa" ao Dr. Atys Quadros da Silva.

"Ex^{mo} Sr.

Prof. Ocyrion Cunha

Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná,

Autoridades Presentes,

Meus Senhores, Minhas Senhoras.

DR. ATYS QUADROS DA SILVA

Atendendo as disposições do Artigo 68, item II do Estatuto Geral da Universidade Federal do Paraná, e 235 de seu Regimento Geral, o Egrégio Conselho Universitário, sob proposta do Setor de Ciências da Saúde, concedeu a Vossa Excelência o Título de Doutor "Honoris Causa".

O Conselho Universitário só concede tão valioso Título a Personalidades Ilustres que tenham contribuído com seu esforço e com sua inteligência para o progresso da Universidade, da Região ou do País, ou que se hajam distinguido pela sua atuação para elevar o bom nome da Instituição ou favorecido o desenvolvimento das Ciências ou da Cultura Geral.

Desvanecedora foi para mim, a honrosa incumbência que recebi do Magnífico Reitor para saudá-lo nesta Sessão Solene, em que lhe é feita a entrega do Título do Doutor "Honoris Causa".

Companheiro de tantas jornadas, conhecedor de sua vida profissional desde o início e de sua atuação em favor do progresso da Patologia no Brasil, posso depor com conhecimento de causa sobre os seus méritos e tecer-lhe o merecido panegírico que lhe devem diversas gerações de Médicos do Paraná e do Brasil.

Conhecendo bem sua modéstia e humildade, posso avaliar sua aflição ao ouvir, neste instante, palavras que retratam sua inteligência e seu caráter.

Esses traços de sua personalidade devem, entretanto ser ressaltados, pois Vossa Excelência não propala seus méritos, nunca cortejou elogios e nem jamais reclamou o reconhecimento de suas qualidades.

Seria porém, cometer falta para com as gerações mais jovens, deixar de apontar o exemplo de uma vida consagrada a servir com dedicação à Medicina do Paraná e do Brasil, e aos Médicos que procuram aperfeiçoar conhecimentos no grande País que Vossa Excelência escolheu para residir. Outro aspecto de sua personalidade que desejo revelar é o seu profundo espírito de solidariedade humana que une a inteligência à efetividade e faz retorná-lo sempre às suas origens, à terra que o viu nascer, a terra de seus antepassados e de seus amigos.

Senhores membros do Conselho Universitário, meus senhores e minhas senhoras. A grandeza é feita de trabalho profícuo, de meditação, de estudo e de silêncio. Mede-se-a pela messe de trabalhos e benefícios prestados a uma Instituição, a uma classe, à Comunidade enfim. Embora ferindo os sentimentos de nosso homenageado, devo citar alguns fragmentos de sua vida tão profícuo.

Nascido em Curitiba, fez seus primeiros estudos na cidade de Irati e ingressou na Faculdade de Medicina do Paraná em 1939. Aluno dos mais dedicados, revelou já muito cedo, inteligência de escol que fazia prever dado também seu grande interesse pelos estudos em futuro dos mais promissores o que veio a ser confirmado. Pouco tempo depois de terminar com brilhantismo o Curso Médico em 1944, atraído pela Anatomia Patológica, seguiu para os Estados Unidos, onde iniciou no Estado de Indiana, no Ball Memorial Hospital de Muncie, os seus estudos na especialidade.

Durante o período compreendido entre 1948 e 1951, dedicou-se integralmente ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos como Médico Residente do citado Ball Memorial Hospital.

Regressando ao Brasil, instalou-se em Curitiba, em 1951, criando na

Santa Casa de Misericórdia o Laboratório de Patologia e Análises Clínicas que tantos e tão relevantes serviços têm prestado à Medicina de nossa terra. Profundo conhecedor da especialidade que escolheu, organizou também o Laboratório de Anatomia Patológica do Instituto Médico Legal, exercendo o cargo de Patologista e Chefe do Laboratório até o ano de 1958. Iniciou, nessa época, no referido Instituto, as primeiras necrópsias para diagnóstico de Causa de Morte, nos casos de morte sem assistência médica.

Dotado de grandes qualidades didáticas revelando excepcional pendor pelo Magistério, não podia deixar de atender nosso apelo para que ingressasse na carreira de Docente da Universidade Federal, emprestando o brilho de sua inteligência e de sua cultura à Cátedra da Medicina Legal.

Leccionou durante cinco anos seguidos, concorrendo desse modo para a formação de várias gerações de Médicos de nossa terra.

Transferindo residência para os Estados Unidos, completou seu aperfeiçoamento e, submetendo-se a provas de concurso, no qual concorreram vários candidatos, ganhou o posto de Patologista Chefe do Hospital Brackenridge de Austin - Capital do Texas, onde se fixou até os dias atuais.

Durante sua permanência no Brasil, não limitou suas atividades ao exercício da Anatomia Patológica.

Revelando pendor para o Jornalismo, escrevia sempre numa coluna da Gazeta do Povo, na qual abordava interessantes assuntos de interesse da Comunidade.

De 1953 a 1957, foi Editor da Revista Médica do Paraná, bem como do Boletim do Instituto Médico Legal. Destacou-se, ainda, como Editor Associado da Revista da Associação Médica Brasileira.

Em 1957, foi distinguido com a Função de Secretário Associado da Sociedade Latino-Americana de Anatomia Patológica, editando a Revista Latino-Americana de Anatomia Patológica com sede em Caracas - Venezuela.

Em 1954, fundou no Brasil a Associação Brasileira de Patologia, sendo, nessa ocasião, eleito o seu primeiro Secretário Geral e, no ano seguinte criou a Sessão de Patologia da Associação Médica do Paraná, ocupando também o cargo de Secretário durante quatro anos.

Nos Estados Unidos submetendo-se às provas exigidas, obteve inúmeros certificados, licenças e diplomas destacando-se os seguintes: Certificado do Conselho Educacional para Médicos Estrangeiros; Certificado (Board) de Exame e Registro Médico no Estado de Indiana; Certificado de Médico, obtido perante Comissão de Examinadores Médicos do Estado do Texas e Certificado de Especialista do American Board de Patologia.

Publicou naquele País, inúmeros trabalhos científicos de valor todos relacionados com a especialidade que escolheu. Reconhecendo suas excepcionais qualidades seus pares elegeram-no, em 1970, Médico-Chefe do Corpo Clínico do Hospital Brackenridge de Austin, cargo que exerceu durante dois anos.

Em 1975, foi-lhe concedida honraria excepcional.

Seus colegas americanos do Hospital Brackenridge elegeram-no o Médico do Ano. Esse Título (por si só, bastaria para consagrá-lo como Médico e homem dotado dessa centelha rara de humanismo e caracterizá-lo como um profissional privilegiado que se impôs num País de tão elevado desenvolvimento da Ciência Médica. Sua atividade incessante, seu espírito criador, movido por insaciável curiosidade científica e incoercível vontade de saber, impeliram-no a semear esses dons em seus colegas, estimulando vocações, despertando o interesse dos moços para o progresso da Ciência Médica e da Patologia.

Sua vida profissional sempre pautada pela observância rigorosa dos princípios éticos pode ser considerada como exemplo a ser seguido pelas novas gerações e demonstrar o quanto pode realizar um homem quando empolgado pelo amor à ciência e à profissão, pelo idealismo e pelo desejo de ser útil aos seus semelhantes.

Mas, o especialista e homem de coração demonstrou ser também um espírito pragmático, realizador e de ação construtiva; planejou e organizou instituições modelares, consagradas ao desenvolvimento da Anatomia Patológica em nosso País, especialidade que na época de sua permanência no Brasil se ressentia do desenvolvimento necessário, ganhando po-

deroso impulso depois de suas iniciativas.

Retornando agora em viagem de repouso, vem trabalhando intensamente em nossa Capital, pronunciando palestras e conferências e, emprestando sua longa experiência à disciplina de Anatomia Patológica no nosso Hospital de Clínicas, bem como vem emitindo idéias construtivas sobre a organização do Corpo Clínico e sobre o controle da qualidade de Assistência Médica nos Hospitais. É que ele pertence a essa família espiritual de homens que não descansam nunca.

Não podem viver sem trabalhar, cooperar, auxiliar, porque nasceram predestinados e enquanto lhe sobram energias prosseguem intrépidos em atividade, jamais parando completamente.

Podem é certo, desviar suas atividades para outras esferas de ação, mas sua combatividade, sua energia vital e o entusiasmo que os anima, leva-os a enfrentar a adversidade e a vencer todas as dificuldades.

Se sua personalidade é rica em tantos dons espirituais, menos não o é quanto ao grande, nobre e generoso coração que possui.

Por isso fez tantos amigos que os tem em toda a parte os quais lhe dedicam grande afeição, retribuída com a maior dedicação, desprendimento e fidelidade, demonstrados tanto nos momentos felizes quanto nos incertos.

Ligado a ele por fraternal amizade, entretida por laços culturais e profissionais, venho seguindo de perto sua vida, dela participando nas viagens que realizei aos Estados Unidos, onde pude verificar sua magnífica atuação no domínio da Anatomia Patológica, sua generosa hospitalidade para todos que o procuram, qualidades peculiares a uma personalidade rara, capaz de desempenhar a um tempo, múltiplas atividades, com igual capacidade e perfeição.

Como vedes, meus Senhores, não é fácil resumir a vida e a obra de nosso homenageado, tamanho é o acervo de sua cultura, o vigor de sua inteligência, o dinamismo de sua personalidade, o que nos leva a considerá-lo, realmente, uma personalidade invulgar.

Vida serena e fecunda a de Aty's Quadros da Silva, modelo de amigo e padrão moral de Médico, qualidades que o tornaram merecedor do afeto de todos os que têm a fortuna de conhecê-lo na intimidade. Nada mais justa, portanto, essa merecida distinção que lhe fez o egrégio Conselho Universitário ao conceder-lhe o Título de Doutor "Honoris Causa", prêmio a uma vida consagrada ao estudo e ao desenvolvimento da Ciência Médica.

Além de contribuir para a cultura de muitos de nossos Médicos, honrou como poucos as tradições de seus Mestres e de nossa Universidade.

SENHOR DOUTOR "HONORIS CAUSA" ATY'S QUADROS DA SILVA:

Considero uma grande felicidade a de ter sido escolhido para saudá-lo nesta Solenidade.

Sei bem que muitos outros poderiam merecer tão alta distinção.

Aceitei-a, porém, porque uma velha e indestrutível amizade de mais de seis lustros conferem-me a inefável alegria de poder proclamar neste instante, com todas as veras de minha estima e admiração, Congratulações da Universidade Federal do Paraná, e Salve Doutor Aty's Quadros da Silva.

Muito obrigado."

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1978, PARA APRECIAR O PARECER DO RELATOR

À PROPOSIÇÃO 538/77.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Ezequias Losso, Maurício Fruet e Fidelcino Tolentino, atendendo convocação do Senhor Presidente, para apreciar e decidir sobre o parecer que foi apresentado pelo Deputado Relator, Maurício Fruet, à proposta de Emenda à Constituição de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, Proposição 538/77. Havendo número legal, o Sr. Deputado Ezequias Losso, na qualidade de Vice-Presidente, declarou

abertos os trabalhos da Comissão, em virtude da ausência do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, atual Presidente. Em seguida, o Deputado Ezequias Losso, concedeu a palavra ao Deputado Relator, Maurício Fruet, o qual, em longa justificativa, opinou ao final pela aprovação da Proposição 538/77, porém, com um Substitutivo Geral, que não alterou o mérito da proposta, mantendo a mesma redação, suprimindo, contudo, o artigo 157, por existir na Carta Magna, idêntico dispositivo, já aprovado pelo plenário da Assembléia e promulgado pela Mesa. Submetido pelo Sr. Presidente o Parecer do Relator com o Substitutivo Geral, foi o mesmo aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente declarou livre a palavra e como nenhum Deputado-membro quisesse fazer uso, encerrou a reunião, comunicando que a proposta seria encaminhada à Mesa para os devidos fins. E para constar, eu, Edouard Elias Thomé, Secretário designado, lavrei a presente Ata, que vai assinada devidamente pelo Sr. Presidente, Deputado Ezequias Losso, e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
bel. Edouard Elias Thomé — Secretário

Portarias:

PORTARIA Nº 146/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3346, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ORLANDO MORO, matrícula nº 133, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de abril de 1978, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 147/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula nº 092, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo, a partir de 21 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 148/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3306, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, da funcionária CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula nº 387, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 149/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3167, de 14 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário WANDERLEY MOREIRA FERREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado

Domício Scaramella, no período compreendido entre 04 de abril a 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 150/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3441,

de 20 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ALFREDO PRESTA, matrícula nº 057, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral